



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

EDUARDA ROSSANE PEREIRA DE LIMA

POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE BRASILEIRA

JOÃO PESSOA

2013

EDUARDA ROSSANE PEREIRA DE LIMA

POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal da Paraíba como
requisito para obtenção do grau de Licenciado
em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lebiam Tamar Silva
Bezerra.

JOÃO PESSOA

2013

L732p Lima, Eduarda Rossane Pereira de.

Políticas públicas e juventude brasileira / Eduarda Rossane
Pereira de Lima. – João Pessoa: UFPB, 2013.
40f. ; il.

Orientador: Lebiam Tamar Silva Bezerra
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Políticas públicas. 2. Juventude. 3. Vulnerabilidade social.
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 304-053.6 (043.2)

EDUARDA ROSSANE PEREIRA DE LIMA

POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal da Paraíba como
requisito para obtenção do grau de Licenciado
em Pedagogia.

João Pessoa, _____ de _____ de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lebiam Tamar Silva Bezerra – UFPB
Orientadora

Prof.^o Swamy de Paula Lima Soares – UFPB
Examinador I

Prof.^a Laura Maria Brito - UFPB
Examinador II

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a *Deus*, a quem dedico tudo o que tenho e o que sou.

Agradeço, com muito amor, a meus pais *Edvan* e *Nereide*. Não conseguiria expressar toda a gratidão que sinto por todo amor, carinho, incentivos e valores ensinados. Sem eles, certamente, não teria chegado até aqui. A eles, o meu especial agradecimento.

Agradeço também a *Stella*, minha querida irmã a quem tanto amo.

Aos meus avós *Nair*, *Biltota*, *Ednaura* e *Antônio*, por terem participado de momentos tão importantes da minha vida.

A *Robson*, por todo amor e companheirismo dedicados a mim. Obrigada também pelas ajudas e opiniões tão importantes.

Aos meus tão especiais amigos, por sonharem e estarem junto comigo durante todos os momentos.

À minha querida professora e também orientadora *Prof^a. Dr^a. Lebiam Tamar*, a quem admiro como pessoa e profissional, pela compreensão e preciosas orientações.

RESUMO

Por representar parcela expressiva da população brasileira em geral e, ao mesmo tempo, ser alvo principal de fatores de vulnerabilidade social, destaca-se a importância da promoção de políticas públicas específicas para a juventude a fim de garantir o progresso social de cada indivíduo inserido nesse contexto. É com o objetivo de discutir a questão das políticas públicas para a juventude brasileira que esta pesquisa foi desenvolvida. Ela tem como foco principal apresentar as políticas públicas destinadas à população jovem do Brasil no período que se estende de 2003 a 2010, cujo cenário político é o Governo de Luís Inácio Lula da Silva. Neste trabalho, são desenvolvidas questões sobre o perfil da juventude brasileira, as situações de vulnerabilidade social, as quais os jovens são expostos, e as ações governamentais promovidas por instâncias públicas a fim de garantir uma melhor qualidade de vida e expectativas para os jovens. A finalidade deste estudo é catalogar as principais políticas públicas juvenis nos setores de educação, saúde e trabalho visto que essas áreas são imprescindíveis no desenvolvimento de todo indivíduo. A análise teve seu desenvolvimento a partir de uma metodologia de natureza documental. Foram coletados dados em bases digitais do Governo Federal a fim de que fosse possível ter acesso a todos os programas. A pesquisa almeja contribuir com as discussões sobre políticas públicas e desenvolvimento pleno dos jovens do Brasil.

Palavras-chave: Políticas públicas. Juventude. Vulnerabilidade social. Governo Lula.

ABSTRACT

To represent a significant portion of the Brazilian population in general and at the same time be the main target of social vulnerability factors, the importance of promoting public policies for youth stands out in order to ensure social progress of each individual inserted in this context. This research was conducted to aim a discussion towards the issue of public policy for the Brazilian youth. Its main focus is to present the public policies aimed at the young people of Brazil through the years of 2003 to 2010, whose political scene was the government of Luiz Inácio Lula da Silva. In this paper we discuss questions about the profile of the Brazilian youth, the situations of social vulnerability which young people are exposed, and the government actions promoted by public authorities in order to ensure a better quality of life and new expectations for young people. The purpose of this study is to catalog the major youth policies in education, health and work, since these areas are essential in the development of every individual. The analysis progressed from a methodology of documentary nature. Data were collected in digital databases of the Federal Government in order to make it possible to have access to all programs. The research longs to contribute in discussions on public policy and full development of the youth of Brazil.

Keywords: Public Policies. Youth. Social vulnerability. Lula government.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFB	Constituição Federal Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESP	Instituto de Estudos Sociais e Políticos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE NO BRASIL: um breve histórico.....	10
2.1 JUVENTUDE E VULNERABILIDADE SOCIAL	13
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: PARA QUÊ E PARA QUEM?.....	16
3 <i>DESIGN</i> DE UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	20
4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO GOVERNO LULA.....	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a discussão acerca da elaboração de políticas públicas que priorizem o desenvolvimento social, cultural e educacional dos jovens brasileiros vem ganhando espaço em nossa sociedade, visto que as expectativas de mudanças do país prospectadas a cada ano recaem sobre a juventude com base no famoso clichê: *“eles são o futuro da nação”*. Existe uma forte relação entre as perspectivas socioeconômicas que o país vive e o avanço da população juvenil devido à participação dos jovens no mercado de trabalho. Porém, apenas a participação no setor econômico a partir do oferecimento de mão de obra não significa um avanço qualitativo, pois a escolaridade e a qualidade de vida desses jovens são fatores relevantes nesse desenvolvimento.

Apesar de estar ganhando espaço e de ser significativa a abordagem do tema, ainda há lacunas nessa discussão, talvez pela ausência de um olhar mais crítico e humano dos políticos que elaboram tais políticas públicas e pela falta de informação da própria população. Faz-se necessário um investimento nessas políticas para que, realmente, objetivem a inclusão cidadã desses jovens na sociedade e não uma substituição de um investimento que deveria ter sido realizado anteriormente.

A negligência sofrida pela maioria dos jovens em questão, inseridos num contexto de descaso social, é produto da ausência de ações governamentais mais concretas e específicas, visto que muitas propostas do governo são de caráter emergencial, tratando da parte mínima de problemas sociais que acometem a juventude brasileira.

A partir disso, a discussão desta pesquisa gira em torno da análise das políticas públicas que o país desenvolveu para os jovens, especificamente, durante os dois mandatos presidenciais do Governo Lula. É importante saber quais são elas, seus objetivos e razões para investir em ações assistenciais juvenis. O estudo da temática objetiva identificar as políticas públicas e os programas para os jovens nos dois mandatos do governo de Luís Inácio Lula da Silva, investigando as políticas públicas governamentais que atendem às necessidades da população jovem, para compreender os objetivos dos investimentos públicos para a juventude no Brasil.

O interesse por esta temática surgiu a partir de uma observação, inicialmente superficial, da situação em que a juventude brasileira se encontra na sociedade e de como é considerada pelos representantes políticos da população em geral. Ao presenciar discussões, formais e informais, acerca de temas, como diminuição da maioridade penal, crescimento da violência por sujeitos cada vez mais jovens e altos índices de mortalidade entre jovens,

pressupomos que esses jovens são vítimas de uma trajetória caracterizada por negligências por parte de setores públicos e não simplesmente autores da violência. A partir disso, teve-se a curiosidade de entender as ações do governo quanto a essa situação.

A importância da investigação dessas políticas públicas é veicular informações sistematizadas e propor reflexões acerca dos programas e ações que foram promovidos, visando um avanço qualitativo para a população juvenil nas áreas da saúde, educação e trabalho.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE NO BRASIL: um breve histórico

Para compreender o cenário das políticas públicas para a juventude no Brasil, é necessário traçar um panorama histórico das primeiras políticas criadas, bem como o público a quem se destinava e seus objetivos iniciais.

Diante dessa proposta, o panorama histórico a ser definido se estende dos anos de 1990, quando se pode observar maior visibilidade das políticas públicas para a juventude no Brasil, até o início dos anos 2000, período em que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) chega ao fim.

O objetivo não é comparar os programas criados no Governo FHC e no Governo Lula, nem analisar a posição dos Governos, mas possibilitar uma visão ampla da trajetória das políticas públicas de juventude ao longo das últimas décadas.

A história das ações públicas para jovens (e adolescentes, principalmente) tem seu ponto-chave com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que assegura direitos à vida, à saúde, à liberdade, à educação, à segurança, entre outros, à criança e o adolescente, inseridos na faixa etária entre 12 e 18 anos de idade.

Pelo recorte etário definido pelo ECA (1990), são beneficiados indivíduos entre 12 e 18 anos de idade, o que, de fato, também abrange, em determinado período, indivíduos considerados jovens (15 a 24 anos). Porém, os indivíduos que atingem a maioridade já não se beneficiam desta Lei:

Se tomadas exclusivamente pela idade cronológica e pelos limites da maioridade legal, parte das políticas acaba por excluir um amplo conjunto de indivíduos que atingem a maioridade, mas permanecem no campo possível de ações, pois ainda vivem efetivamente a condição juvenil (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 19).

Mesmo com todos os impulsos da sociedade civil, foi só a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso que a juventude começou a se colocar no cenário das políticas públicas.

De acordo com pesquisas de Sposito e Carrano (2003), no Governo de FHC, foram propostos cerca de 30 programas federais, dos quais 18 foram criados com especificidade para o adolescente/jovem brasileira nas áreas de educação, saúde, trabalho, desenvolvimento agrário, esporte, turismo, ciências, tecnologia e justiça.

Diante da diversidade de políticas públicas criadas pelo Governo FHC, foram selecionadas as que se enquadram no objetivo dessa pesquisa: juventude, concebida por jovens entre 15 e 24 anos, e brasileiros. Entre os programas destinados a jovens admitidos pela pesquisa em questão, estão:

a) PROJETO ESCOLA JOVEM

Organizado pelo Ministério da Educação, o Projeto Escola Jovem foi uma iniciativa do Governo Federal para investir na qualidade do Ensino Médio do Brasil, envolvendo ações contra evasão escolar, repetências e desproporção entre idade e série dos estudantes jovens do Ensino Médio. Foi definido como um subprograma do Programa Nacional de Melhoria e Expansão do Ensino Médio e, segundo informações do MEC (2000), a iniciativa do projeto era desenvolver ações que promovessem a ampliação de vagas e progresso na qualidade do Ensino Médio para jovens inseridos nessa etapa de escolarização. Entre os objetivos, estavam:

Ampliar o grau de cobertura do ensino médio, atendendo, em particular, aos jovens em idade escolar; reduzir os índices de reprovação e de abandono nessa etapa da escolaridade; garantir que os alunos adquiram as competências e habilidades necessárias ao exercício da cidadania e à participação no mundo do trabalho (MEC, 2000).

O projeto teve início em 2001 e “o governo federal teve baixa contribuição orçamentária no orçamento global desse projeto, parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelos estados da Federação”, segundo Sposito e Carrano (2003, p. 23).

b) PROGRAMA JOGOS DA JUVENTUDE

Segundo o Ministério do Esporte¹, o Programa Jogos da Juventude foi criado em 1997 pelo Governo Federal com a finalidade de promover e incentivar a prática de esporte entre os jovens. O intuito é promover competições para que novos talentos sejam percebidos nas diversas modalidades do esporte, tais como: atletismo, ginástica olímpica, judô, natação, voleibol, handebol, entre outras.

¹ Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/snear/juventude/historico.jsp>>. Acesso em: 03 maio 2013.

Sposito e Carrano (2003, p. 24) afirmam que “os campeões dos jogos estaduais compõem as equipes dos jogos nacionais, momento em que os técnicos das diferentes seleções esportivas brasileiras podem observar e selecionar novos atletas”.

c) PROGRAMA SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO

O Programa Serviço Civil Voluntário é um programa criado em 1997 e destinado, inicialmente, aos jovens do sexo masculino com idade de 18 anos e que não estejam alistados no serviço militar obrigatório por opção ou por terem sido dispensados. Neste programa, são desenvolvidas atividades relacionadas à cidadania, direitos humanos e qualificação profissional.

Segundo publicação de Gimenez (2011, p. 58):

Serviço Civil Voluntário é um programa da Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal, financiado com verbas do FAT e realizado em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego MTE. Ao longo do ano 2000, o programa beneficiou 3.990 jovens, em sua maioria através de cursos de direitos humanos, cidadania, informações sobre o uso de drogas, risco de doenças sexualmente transmissíveis e qualificação profissional.

Após participarem das atividades do projeto, os jovens eram inseridos numa base de dados do Sistema Público de Emprego, onde passam a concorrer a vagas no mercado de trabalho. A vigência do programa se estendeu até o ano de 2002.

d) PROGRAMA JOVEM EMPREENDEDOR

Segundo Sposito e Carrano (2003), o Programa Jovem Empreendedor foi criado no segundo mandato de FHC com o objetivo de promover formação e capacitação profissional aos jovens, com idade entre 18 e 29 anos, interessados em adquirir negócios próprios. A iniciativa seria estimular o empreendedorismo entre os jovens brasileiros.

e) BRASIL EM AÇÃO/GRUPO JUVENTUDE

O Programa Brasil em Ação ou Grupo Juventude, como também é concebido, foi criado no segundo mandato do Governo FHC, no ano de 2000, pelo Ministério do

Planejamento, Orçamentário e Gestão, e atendia aos jovens inseridos na faixa etária de 15 a 29 anos. Segundo comentário de Sposito e Carrano (2003, p. 29):

A avaliação do Ministério do Planejamento, após o primeiro ano de funcionamento desse programa, indicou, como resultado geral, que o trabalho permitiu que os gerentes dos programas do Avança Brasil conhecessem seus pares e os programas correlatos, o que teria possibilitado uma visão mais global da questão da juventude no conjunto da administração federal.

Apesar de todas as iniciativas federais quanto à promoção de políticas públicas destinadas aos jovens, o marco do processo de institucionalização das políticas públicas de juventude foi a partir da criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em 2005, e que fortaleceu ainda mais a temática da juventude no âmbito federal.

2.1 JUVENTUDE E VULNERABILIDADE SOCIAL

Inicialmente, faz-se necessário caracterizar os sujeitos aos quais denominamos de jovens. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), é considerado jovem o indivíduo que se insere na faixa etária entre 15 e 24 anos.

Do ponto de vista demográfico, os jovens são, principalmente, um grupo populacional que corresponde a uma determinada faixa etária que varia segundo contextos particulares, mas que, geralmente, está localizada entre os 15 e os 24 anos (UNESCO, 2004, p. 25).

Apesar da definição acima citada, existem algumas variações quanto ao conceito único de juventude devido à consideração de aspectos sociais, como a pobreza extrema, que leva alguns indivíduos a serem considerados jovens mais cedo, sendo incluídas pessoas na faixa etária entre 10 e 14 anos (UNESCO, 2004). Outros estudos acreditam que nem seja tão possível caracterizar os jovens pela idade por defender a tese de que juventude não se encara de forma singular, não podendo ser delimitada por faixa etária. “As idades não podem definir a juventude, justamente por a mesma ser múltipla e relativa, não existente no singular” (SANTIAGO, 2006, p. 27). Contudo, o recorte etário considerado para este estudo é o mesmo considerado pela UNESCO (2004).

Segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo realizado no ano de 2010, o Brasil possui uma população com pouco mais de 190 milhões de habitantes. De acordo com esse censo, houve uma diminuição na proporção de

jovens brasileiros e um aumento na população idosa do país. Porém, mesmo sendo constatada essa diminuição, a população de jovens ainda ultrapassa os 34 milhões de habitantes do país, o que significa o total de 17% da população geral. Com isso, pode-se perceber que o país possui uma população significativa de jovens.

Dentro desse universo de jovens no Brasil, existem vários perfis, entre eles: os que se inserem no mercado de trabalho, os que apenas estudam, os que exercem as duas atividades e os que não realizam nenhuma delas. Esses perfis são resultados de vários fatores econômicos e sociais, como as relações de gênero, classes sociais e etnia.

De acordo com um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2011, divulgado em jornal (G1, 2012), houve uma redução da participação juvenil no mercado de trabalho em relação às pesquisas feitas em 2009. Segundo dados da pesquisa, 10,6% dos homens e 3,6% das mulheres jovens e brasileiros entre 15 e 24 anos apenas estudavam. Entre os jovens que não estudavam e não trabalhavam, houve um aumento em relação aos dados da pesquisa anterior. Em 2009, os números indicavam que 7,1% dos jovens do sexo masculino não estudavam e não trabalhavam, passando para 9% em 2011. Entre as mulheres, o número aumentou de 18,2% para 19,7%.

São vários os fatores que influenciam essa redução dos jovens no mercado de trabalho. Porém, o fator mais atuante é a baixa escolarização. Sem dúvida, a falta de escolarização adequada reduz as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho formal. Isso se dá quando o jovem não tem acesso a uma educação de qualidade.

Ao analisarmos, de forma geral, a estrutura educacional no país, percebemos as precariedades ainda presentes nesse setor. A educação, até então, caminha a passos lentos e, por isso, os índices de evasão escolar ainda são altos.

Segundo matéria divulgada pelo jornal O Globo (G1, 2012), um estudo do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ revela que aumentou o número de jovens que nem estudam e nem trabalham e que isso se dá por fatores como fragilidade na educação, maternidade indesejada/precoce etc. “Não são poucos os motivos: da evasão escolar ao desalento, passando por gravidez precoce e envolvimento com o crime. Fazê-los não abandonar os estudos é, sem dúvida, o maior desafio da educação brasileira”. Dessa forma, cria-se uma expressão que caracteriza esses jovens que não estudam e nem trabalham, são os chamados “*nem nem*”.

Na atualidade, as notícias que remetem aos homicídios aumentaram em todo o Brasil e, principalmente, quando os sujeitos destas notícias são jovens. Segundo estudos, as mortes

causadas por armas de fogo cresceram de forma tão relevante que essa é a principal causa de morte entre jovens no país.

De acordo com Waiselfisz (2013, p. 9), em sua obra “Mapas da violência: mortes *matadas* por armas de fogo (de 1980 a 2010)”:

O alto crescimento das mortes por armas de fogo foi puxado, quase exclusivamente, pelos homicídios, que cresceram 502,8%, enquanto os suicídios com armas de fogo cresceram 46,8% e as mortes por acidentes com armas caíram 8,8%.

Esse número de mortes causadas por armas de fogo mostra outro problema: o grande número de armas de fogo adquirido entre habitantes. Entretanto, vamos nos deter apenas às consequências desse processo. O número surpreende ainda mais quando se trata de jovens do sexo masculino, pobres e negros.

A vitimização de jovens negros, que em 2002 era de 71,7% no ano de 2010 pulou para 153,9% - morrem, proporcionalmente, duas vezes e meia mais jovens negros que brancos. Os dados apontam que essa vitimização está crescendo de forma rápida e altamente preocupante pelas suas implicações sociais e políticas (WASELFISZ, 2012, p. 39).

Dados como esses mostram a condição de vida que parte dos jovens brasileiros se encontra. É uma realidade de vulnerabilidade social. Aqui, chama-se de vulnerabilidade social a condição em que um indivíduo é inserido e que o enfraquece perante a sociedade, sendo ele parte de uma exclusão e negligência social, inclusive do Estado. Fatores como analfabetismo, desemprego, pobreza, violência, uso de entorpecentes etc. inserem o jovem num estado de fraqueza e vulnerabilidade.

Jovens em situação de risco são pessoas que, pela presença de determinados fatores em suas vidas, podem ser levadas a assumir comportamentos ou experienciar eventos danosos para si mesmas e para suas sociedades, incluindo a repetência e evasão escolar, a ociosidade (sem estudo nem trabalho), o uso de drogas, os comportamentos violentos, a iniciação sexual precoce e as práticas sexuais arriscadas (BANCO MUNDIAL, 2007, p. 9).

O estado de vulnerabilidade traz ao jovem diversas consequências, inclusive a baixa autoestima e o sentimento de incapacidade, visto que ele se enxerga num espaço com ausência e/ou dificuldade de perspectiva de melhora.

[...] o não acesso aos recursos fundamentais, fomenta, com certeza, entre os indivíduos, sentimentos de desencanto e frustração, o que colabora para a erosão dos laços de solidariedade. Logo, a vulnerabilidade social está ligada diretamente à privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou à fragilização dos vínculos afetivos (BOSSE, 2012, p. 11).

A situação se agrava, principalmente, porque os índices de evasão escolar ainda são altos e o não acesso a uma educação de qualidade traz riscos visíveis ao jovem, como o desemprego ou a inserção na criminalidade, por exemplo. A falta de acesso ao mercado de trabalho, de oportunidades de escolarização devida, de qualidade de vida e espaços de lazer da sociedade aumentam esse estado de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade pode ser entendida como a incapacidade dos indivíduos, famílias ou grupos, de enfrentar os riscos existentes no seu entorno, ampliando, portanto, a perda do seu bem-estar. A deficiência no acesso a bens e serviços, tais como educação, lazer, trabalho e cultura, colabora para o crescimento da situação de vulnerabilidade social (PADOIN; VIRGOLIN, 2010, p. 2).

Desse modo, pode-se entender o cenário de vulnerabilidade em que parte dos jovens brasileiros se encontra e seus fatores de origem. A negação de uma educação de qualidade, de um serviço de saúde adequado à população e a falta de qualidade de vida adequada colaboram de forma significativa na inserção do jovem numa situação de risco social.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: PARA QUÊ E PARA QUEM?

A Constituição Federal Brasileira (CFB), promulgada no ano de 1988, remete ao Estado a garantia do desenvolvimento social da população em geral, promovendo o bem estar de todos e diminuindo as desigualdades sociais entre os habitantes. No capítulo VII da Constituição (1988), o artigo 277 assegura que é dever do Estado prover educação, alimentação, profissionalização, saúde, liberdade e respeito, sendo de absoluta prioridade para qualquer indivíduo.

Ao observarmos alguns parágrafos da CFB, claramente veremos as propostas do Estado em promover ações de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas públicas específicas.

As políticas públicas são ações promovidas pelo Estado com objetivos relacionados à garantia de direitos previstos na Constituição, sendo essas ações desenvolvidas para as diversas instâncias da sociedade, sejam elas jovens, idosos etc.

Teixeira (2002, p. 2) apresenta um conceito de políticas públicas, segundo o qual:

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Apesar do Estado promover políticas públicas, a sociedade tem participação importante no desenvolvimento dessas ações, afinal é a sociedade o público alvo de tais políticas. A Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, esclarece a participação da sociedade em um de seus parágrafos: “I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos”.

Essa participação é muito importante, pois estar a par dos programas, dos orçamentos públicos, dos objetivos e das ações previstas faz parte da transparência pública, que é direito do cidadão. Além disso, é a sociedade quem expressa quais são as suas necessidades para que os planos de governo realmente supram essas demandas, ao contrário de políticas criadas longe da realidade da população.

Ela, **a sociedade**, faz solicitações (pedidos ou demandas) para os seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República) para que atendam às demandas da população (SEBRAE/MG, 2008, p. 5-6, grifos nossos).

Para Costa (2009a, p. 2), a sociedade também constitui esse conjunto de políticas públicas:

A ideia de Política Pública está associada a um conjunto de ações articuladas com recurso próprio (financeiro e humano), envolvendo uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos da natureza ética-política e compreende níveis diversos entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição.

Direitos como saúde, educação e segurança pública são indispensáveis para a vida de qualquer indivíduo; assim, são assegurados pela Constituição Federal independente de raça, cor e classe social. Tais áreas são primordiais para uma boa qualidade de vida e são as que mais carecem de investimento, pois deficiências nesses setores, como, por exemplo, escolas com estrutura física precária, hospitais sem leitos suficientes para atender a demanda populacional, são habituais.

Apesar de serem constitucionalmente asseguradas pelo governo, essas áreas não oferecem um serviço eficiente. Para assegurar que a população tenha esses serviços, o Estado cria as políticas públicas.

Ainda que, nos últimos anos, os Governos tenham criado programas e políticas para atuarem nas questões da população jovem, ainda percebemos que há brechas nessas políticas por motivos como falta de especificidade, encaminhamento, planejamento adequado e as prioridades elencadas para garantir o êxito do trabalho.

Segundo pesquisas de Costa (2009b), em se tratando de políticas públicas para jovens, é imprescindível que haja análise e avaliação da relação entre os segmentos sociedade e Estado, visto que o jovem faz parte destes e das mudanças que ocorrem constantemente nesses setores.

Compreender a juventude como um alvo de políticas públicas específicas é reconhecer e considerar suas particularidades de forma que o jovem tenha sua ascensão social através desses programas e se torne ator participante da sociedade em que se insere. “A juventude deve ser reconhecida como ‘sujeito de direitos’ que demanda políticas públicas específicas” (SNJ, 2013, p. 9).

A promoção de programas para garantir inclusão social, educação de qualidade, incentivo ao primeiro emprego, capacitação e assistência para jovens advindos da zona rural se tornam ações consideráveis ao se tratar de promover formação social dos jovens, gerando avanço qualitativo na condição de vida desses personagens.

A caracterização do público alvo para a promoção das políticas públicas juvenis deve abranger, além da faixa etária, a condição social em que os jovens vivem, o gênero, a etnia etc. É necessário realizar um estudo que contemple esses indicadores a fim de diminuir a distância entre os programas e a realidade dos jovens.

Saber qual a “cara” das juventudes nos territórios é importante para o desenho das políticas públicas e para a definição e objetivo do órgão gestor. Reconhecer essa diversidade local é, ao mesmo tempo, orientar as

prioridades e as áreas estratégicas que serão definidas pelo referido instrumento da gestão pública (SNJ, 2013, p. 28).

Não é possível criar políticas públicas para determinada parcela populacional sem antes conhecer suas particularidades e reconhecer a importância desses diversos perfis juvenis. Ainda de acordo com a Secretaria Nacional de Juventude (2013, p. 10):

O reconhecimento da diversidade juvenil, assim como a importância de políticas universais e específicas e a classificação de subgrupos etários foram se caracterizando como referência para a formulação de políticas de juventude em diferentes Ministérios e Secretarias do governo.

Visto que uma das dificuldades do cenário das políticas públicas juvenil é a ausência de maior especificidade, é de suma importância o estudo peculiar para a juventude para a criação das políticas públicas.

Entendendo que essas políticas criadas precisam ser específicas para a camada populacional jovem, faz-se necessário investir em áreas prioritárias para o desenvolvimento físico e social desse indivíduo. É preciso dedicar maior atenção aos setores de *educação*, com o intuito de desviar as chances de evasão escolar, formação educacional deficiente; de *saúde*, prevenindo o aumento de índices de gravidez precoce, contaminação com doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS, por exemplo, má nutrição etc.; e de *trabalho*, incentivando o ingresso no mercado de trabalho, motivando sua participação na sociedade econômica ativa.

3 DESIGN DE UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A escolha da metodologia em um projeto de pesquisa ou qualquer outro trabalho dessa natureza é de grande relevância porque é o processo metodológico que orienta os passos da pesquisa. Todo trabalho se inicia com um objetivo principal, seja a partir de uma curiosidade ou tentativa de solucionar algum problema. As etapas da metodologia norteiam a pesquisa a fim de responder a pergunta inicial que deu origem ao trabalho.

Para buscar entender em que consistiam as políticas públicas juvenis, foi proposto um trabalho a partir da coleta e análise de dados bibliográficos.

Há bastante relevância na pesquisa bibliográfica, pois é o primeiro passo na seleção de dados de qualquer pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações selecionadas à pesquisa (AMARAL, 2007, p. 5).

Para a realização deste estudo, foi desenvolvida a pesquisa documental, onde foram coletados e analisados dados pertinentes ao tema a partir de bases de dados digitais em *sites* do Governo Federal e em documentos oriundos de publicações científicas feitas por estudiosos do tema.

Por ser uma análise das políticas públicas elaboradas durante o governo Lula, foram analisados *sites* dos Ministérios da Educação, Trabalho e Saúde, bem como de *sites* do Governo Federal, como da Secretaria Nacional de Juventude. O uso das bases digitais na pesquisa facilitou o acesso às informações, sendo essas de grande validade à pesquisa.

O mapeamento e a análise dessas políticas consistiram o eixo principal da metodologia dessa pesquisa a fim de organizar os dados através de quadros descritivos e explanar as informações pertinentes a cada política pública analisada, compondo um memorial das políticas públicas para a juventude no Brasil. Além disso, foi elaborada uma linha do tempo que permitirá situar no contexto histórico as políticas mapeadas. O objetivo é descrever o panorama político de forma que possa ser analisado e compreendido.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO GOVERNO LULA

Até os anos de 1990, a juventude se inseria no público amplo das políticas públicas brasileiras, ou seja, não existiam políticas específicas para atender as necessidades particulares dos jovens cidadãos brasileiros. A juventude era inserida em políticas públicas amplas do Governo.

Esse cenário passa a se alterar no final dos anos 1990 e no início da década atual. Iniciativas públicas são observadas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil e as várias instâncias do Poder Executivo são mobilizadas, tanto o nível federal, como o estadual e o municipal (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 17).

Diante de todas as necessidades da juventude, principalmente nas áreas de educação, saúde e trabalho, vão surgindo iniciativas mais sólidas quanto à criação de políticas públicas específicas para esse grupo de cidadãos.

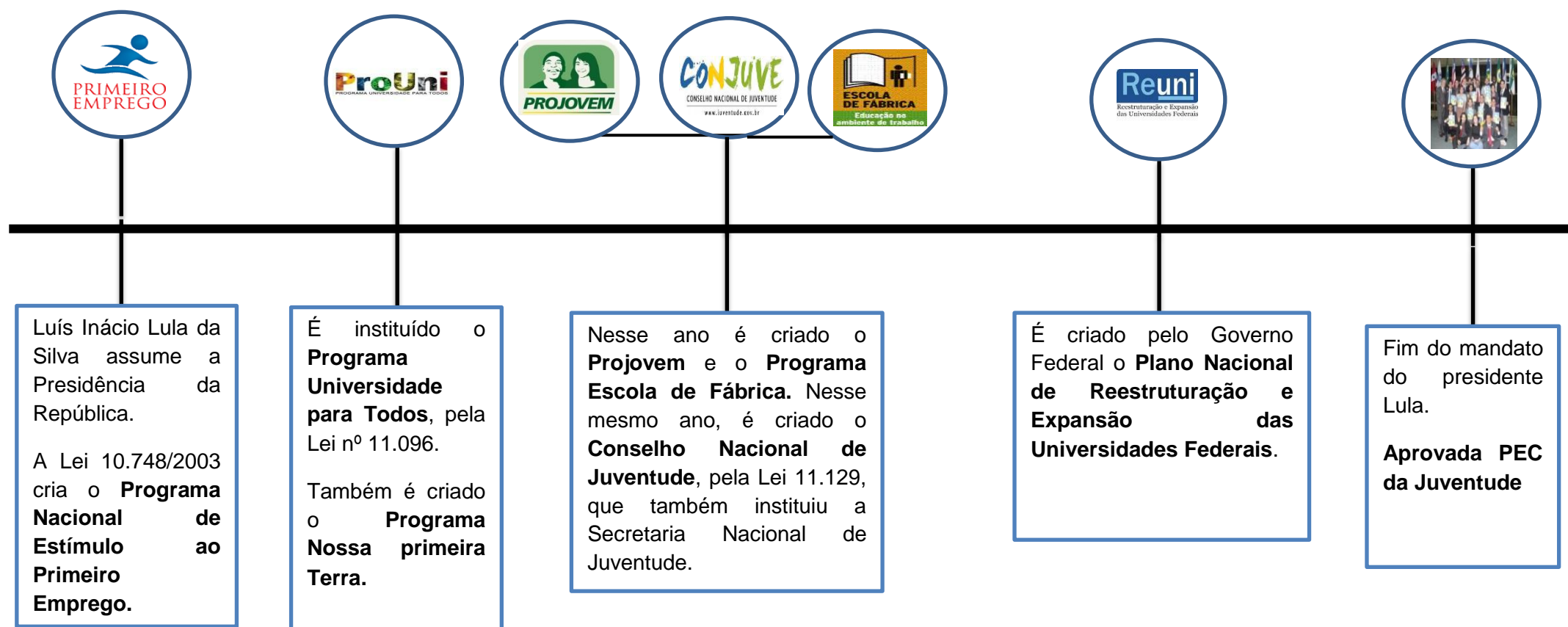
Quando Luís Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil, em 2003, encontrou alguns legados deixados pelo presidente anterior, Fernando Henrique Cardoso. Entre eles, alguns programas de assistência social para adolescentes e jovens em conjunto com os Ministérios da Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia, como o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, criado em 1999, por exemplo, que, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, tinha entre seus objetivos: garantir a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; promover a integração do jovem à família, à comunidade e à sociedade, entre outros identificados anteriormente.

Dessa forma, podemos compreender que a juventude começa a se tornar ponto de pauta na agenda de discussões acerca da elaboração das políticas públicas.

Em especial nos anos de 2004 e 2005, observou-se uma intensificação do debate sobre a juventude, principalmente no que tange a constituição de uma política pública. Nesse período foram criadas uma Frente Parlamentar e uma Comissão Parlamentar de Juventude na Câmara Nacional dos Deputados. Esses Organismos foram responsáveis pela proposição de um Plano Nacional de Políticas Públicas de Juventude (GOMES, 2012, p. 35).

Entre as políticas públicas criadas pelo Governo Federal nesse período (2003/2010), destacamos as com especificidade no investimento e assistência à juventude, visto que esse é o foco dessa pesquisa. São elas:

FIGURA 1 - LINHA DO TEMPO: PRINCIPAIS PROGRAMAS DESTINADOS À JUVENTUDE



a) PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)² foi criado em 2003 com o objetivo de oferecer qualificação profissional e inclusão social aos jovens que possuem idades entre 16 e 24 anos, que se encontram fora do mercado de trabalho não por opção, que são pertencentes a famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo e que estejam matriculados no Ensino Fundamental ou Médio.

O programa possui seis modalidades em sua estrutura: Aprendizagem; Captação de vagas; Consórcio Social da Juventude; Jovem Empreendedor; Serviço Civil Voluntário; e, Soldado Cidadão.

O principal foco é possibilitar o ingresso de jovens que ainda não possuem experiência profissional ao mercado de trabalho a partir da criação de postos de trabalho em empresas cadastradas. O Estado promove esta política como incentivo à participação da juventude na sociedade econômica ativa.

As empresas interessadas em participar do programa devem se cadastrar em Unidades do Sistema Nacional de Empregos ou em Delegacias Regionais do Trabalho. As empresas cadastradas podem comprometer até 20% do quadro de vagas de trabalho para o PNPE.

Segundo dados oficiais do Ministério do Trabalho:

Nos últimos três anos, as ações que compõem o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego - Consórcio Social da Juventude (CSJ), Qualificação, Juventude Cidadã e Programa Jovem Aprendiz - beneficiaram 1.477.415 de jovens em todo o país. O programa de Qualificação Profissional do MTE já atendeu 809.080 jovens trabalhadores das mais diversas regiões brasileiras, em parceria com o Sistema Nacional de Emprego (SINE)³.

Quanto à efetivação da estrutura do programa, de acordo com estudos feitos por Cunha (2008, p. 121):

O PNPE consiste em uma política ativa de mercado de trabalho, baseada primordialmente em medidas, como formação profissional e intermediação da mão-de-obra, que procuram compensar os problemas advindos do sistema

² Disponível em: <http://www.guiadireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=156%3Aprograma-nacional-de-estimulo-ao-primeiro-emprego-pnpe-governo-federal&catid=21%3Adireitos-do-trabalhador&Itemid=50>. Acesso em: 05 jul. 2013.

³ Disponível em: <<http://www.mtb.gov.br/delegacias/sp/08-09-2006-empresarios-contratam-jovens-inscritos-no-pnpe-de-presidente-prudente-e-regiao.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

de educação formal e da distância existente entre esse sistema e o mercado de trabalho.

Ao longo do desdobramento das pesquisas é possível perceber também a análise das limitações do programa e que, conseqüentemente, trazem certa dificuldade em sua proposta de execução.

[...] suscita-se uma dúvida: o que acontece com os jovens atendidos após passarem por esses programas? [...] No momento atual de manutenção de altos índices de desemprego, a hipótese mais plausível é que o jovem que passou pelo PNPE retorne a situação de desemprego, ou que atue na informalidade, especialmente na realização de táticas de sobrevivência, se pudessem até voltariam a procurar o PNPE, mas o programa não os atenderia, porque já teriam experiência profissional anterior no mercado formal de trabalho (MESQUITA, 2006, p. 217).

Entretanto, ainda segundo Mesquita (2006, p. 209), reduzir as taxas de desemprego entre os jovens é uma ação complexa e não se soluciona de maneira tão simples, mas quando atrelada a outras políticas sociais e educacionais:

Contudo, esperar que o PNPE sozinho desarticulado de outras políticas governamentais possa gerar milhares de empregos para jovens é uma ilusão. Tanto é que as políticas de emprego para jovens precisam ser parte de uma estratégia geral, um projeto nacional, de criação de empregos. Por isso, o desemprego juvenil não pode ser analisado e nem sofrer intervenções separadas dos outros problemas sociais e do mercado de trabalho.

b) PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

Com o objetivo de oportunizar o acesso de jovens ao Ensino Superior, foi criado o Programa Universidade para Todos (Prouni)⁴, em 2004, pelo Governo Federal. O programa concede bolsas parciais (50%) ou integrais aos estudantes em Instituições Privadas de Ensino Superior mediante a média final (acima de 450 pontos), obtida por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)⁵. O público alvo desse programa são os jovens que concluíram o Ensino Médio completo na rede pública de ensino ou os que concluíram o Ensino Médio em

⁴ Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

⁵ “Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. O Enem, [atualmente], é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni)” (MEC, 2000, grifo meu).

Instituições privada, porém na condição de bolsista da Escola, e os que cursaram parcialmente o Ensino Médio na rede pública e na rede privada, sendo também bolsista da escola privada.

É regido pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, e visa ser mais um meio de possibilitar o ingresso em Universidades Privadas.

Segundo estudos de Mello e Silva (2008), divulgados na Revista Prouni (2008)⁶, no período entre 2004 e 2007, cerca de 310 mil estudantes foram beneficiados pelo Prouni, o qual, no mesmo período de 2007, contava com a vinculação de 1.142 Instituições de Ensino Superior no Brasil.

No ano de 2012, no primeiro e segundo semestres, mais de 284 mil bolsas, integrais e parciais, foram ofertadas a nível nacional para o ingresso de jovens nas IES. O número ultrapassa a média de bolsas oferecidas no ano anterior, onde mais de 254 mil estudantes tiveram acesso às vagas em Universidades privadas.

Apesar da grande oferta de vagas nas IES pelo Prouni, há críticas ao programa no que diz respeito a esta política como programa de democratização, visto que a renda *per capita* também é um dos critérios para seleção na concessão de bolsas integrais. Os alunos interessados em concorrer às bolsas integrais precisam ter como renda *per capita* o valor de até 1,5 salários-mínimos. Segundo uma análise feita por Catani, Hey e Gilioli (2006, p. 136):

O Prouni é comumente visto como mais uma política pública, particularmente por abrigar o preceito das cotas, mas destaca-se o fato de manter um sistema de ensino nos moldes privatizantes traçados durante os anos 1990. Nesse sentido, traz uma noção falsa de democratização, pois legitima a distinção dos estudantes por camada social de acordo com o acesso aos diferentes tipos de instituições (prioridade para a inserção precária dos pobres no espaço privado), ou seja, contribui para a manutenção da estratificação social existente.

Dessa forma, segundo análise descrita, mesmo com todos os aspectos positivos observados em dados estatísticos, como forma de inserção e elevação no setor educacional, o Prouni precisa ser aperfeiçoado e desenvolvido em conjunto com outras políticas sociais para que traga mais benefícios não apenas para o ingresso, mas para a permanência do aluno no Prouni.

⁶ Revista Prouni. 2008. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Revista_ProUni/Revista_ProUni.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2013.

c) PROGRAMA NOSSA PRIMEIRA TERRA

O Programa Nossa Primeira Terra⁷ é uma das linhas de financiamento de crédito do Programa Nacional de Crédito Fundiário, criado pelo Governo Federal com o objetivo de atender a jovens entre 18 e 29 anos que desejem adquirir uma propriedade rural.

Segundo dados coletados nas bases digitais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, “a linha de crédito é destinada a jovens rurais, filhos e filhas de agricultores, estudantes de escolas agrotécnicas e centros familiares de formação por alternância, com idade entre 18 e 29 anos, que queiram viabilizar o próprio projeto de vida no meio rural”.

De acordo com a Agência Brasil, este programa é uma forma de estímulo para o investimento em atividades na própria zona rural a partir de financiamento, evitando que jovens e suas famílias migrem para a cidade, oferecendo a possibilidade de avanço no meio rural.

Diante dos benefícios oferecidos pela linha de financiamento, segundo a Pastoral da Juventude Rural:

Já são quase 32 mil jovens beneficiados por meio do programa Nossa Primeira Terra e que podem acessar o Pronaf⁸ Jovem, linha de financiamento que oferece 10 anos para pagamento com juros de 1% ao ano para os jovens agricultores familiares entre 16 e 29 anos.

d) PROJOVEM: MODALIDADE – URBANO

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) foi um programa criado pelo Governo Federal em 2005 e instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho do citado ano.

“O Programa é executado pela Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome” (Guia de Políticas Públicas, 2006, p. 35).

⁷ Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/noticia/3651/entenda-o-que-e-o-programa-quotnossa-primeira-terraquot>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

⁸ Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – criado em 1996 pelo Decreto nº 1946 para oferecer melhores condições de trabalho a famílias da zona rural, a partir de financiamento de créditos. Até 2004, os beneficiados pelo Programa eram pescadores artesanais, agricultores, cooperativas. Nesse ano (2004) os jovens foram incluídos no público alvo das linhas de crédito.

Conforme dados obtidos em pesquisa ao *site* do Projovem Urbano em Revista⁹:

De 2005 a 2007, o Projovem Original atendeu mais de 240 mil jovens nas capitais e regiões metropolitanas do país. Na época, podiam participar do programa, jovens de 18 a 24 anos, sem o ensino fundamental, mas que tivessem cursado até a 4ª série.

Em 2007, foi lançada outra formação do Projovem, o Projovem Integrado, com objetivo de aumentar as possibilidades de atendimento ao público jovem. Segundo balanço feito e divulgado no *site* do Projovem Urbano em Revista, o Projovem Integrado foi produto da articulação entre outras ações governamentais juvenis:

O próprio Projovem (da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-geral da Presidência da República); Agente Jovem (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); Saberes da Terra e Escola de Fábrica (Ministério da Educação); Juventude Cidadã e Consórcio Social da Juventude (Ministério do Trabalho e Emprego). Juntos, esses programas atenderam cerca de 685 mil jovens entre 2007 e 2008.

Assim, o Projovem Integrado atende a jovens através de quatro modalidades: *Projovem urbano*, *Projovem adolescente*, *Projovem trabalhador* e *Projovem do campo*.

O objetivo do Projovem Urbano¹⁰ é possibilitar a escolarização de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever, para que possam concluir o Ensino Fundamental. Assim, o Projovem oferece um curso, com duração de 18 meses, aos jovens que já saibam ler e escrever, mas que não concluíram o Ensino Fundamental. O curso contempla a formação básica do ensino fundamental por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos; oferece a qualificação profissional através de formação técnica geral e de formação técnica específica; e atividades de formação cidadã. Os jovens participantes do projeto recebem auxílio financeiro de R\$ 100,00 mensais.

De acordo com o Art. 11º da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Projovem: “O Projovem Urbano tem como objetivo elevar a escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso”.

⁹ Disponível em: <<http://www.projovemurbano.gov.br/pjurevista/>>. Acesso em: 14 maio 2013.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.projovemurbano.caedufjf.net/projovem/login.faces#>>>. Acesso em: 14 maio 2013.

e) PROJOVEM: MODALIDADE – ADOLESCENTE

Essa modalidade do Projovem destina-se aos jovens de 15 a 17 anos de idade, cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família e também aos jovens que se encontram em situação de risco pessoal e social. Através dessa modalidade, são desenvolvidas ações assistenciais e socioeducativas.

De acordo com o *Projovem Urbano em Revista*¹¹, o Programa na modalidade Adolescente tem duração de 24 meses, objetivando a elevação da escolaridade e redução dos indicadores sociais que afetam muitos jovens e adolescentes, como o envolvimento com drogas, criminalidade, gravidez precoce, entre outros. Cerca de 512 mil jovens foram beneficiados pelo Projovem Adolescente¹² em 2008 e 2009.

O Projovem adolescente é a uma nova estruturação do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e é desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

O Projovem adolescente oferece um espaço de convivência social voltado ao desenvolvimento de potencialidades dos jovens e aquisições para atuação crítica e pós-ativa no seu meio social e no mundo do trabalho. Orienta-se para o incentivo à permanência do jovem na escola, o fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários, a ampliação do acesso às políticas públicas, o fortalecimento de sua autonomia e o estímulo ao seu protagonismo social (SILVA, 2012, p. 6).

As ações desse programa destinam-se aos indivíduos da faixa etária de 15 a 17 anos, como explicitado anteriormente, o que beneficia, por algum tempo, os jovens até o limite da faixa etária.

f) PROJOVEM: MODALIDADE – TRABALHADOR

Desenvolvido para um público de jovens desempregados, com idades entre 18 e 29 anos, que possuem renda *per capita* de até 1 (um) salário mínimo, o Projovem na modalidade Trabalhador¹³ tem o objetivo de preparar o jovem que possui o Ensino Fundamental, mas que

¹¹ Disponível em: <<http://www.projovemurbano.gov.br/pjrevista/balanco.html>>. Acesso em: 17 maio 2013.

¹² Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/federais_projovem>. Acesso em: 17 maio 2013.

¹³ Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/projovem-trabalhador-1.htm>. Acesso em: 17 maio 2013.

se encontra fora do Mercado de Trabalho. A elevação da escolaridade e a oportunidade de profissionalização trazem grandes benefícios ao jovem, incluindo sua autoestima, um dos pontos-chaves do quadro que caracteriza a vulnerabilidade social de um indivíduo.

São desenvolvidos pelo Projovem Trabalhador cursos profissionalizantes nas áreas de Administração, Arte e Cultura, Comunicação e *Marketing*, Educação, Saúde, Madeira e Móveis, Metalmecânica, entre outros. Os cursos têm carga horária de 350 horas e são oferecidos para capacitação profissional de jovens no estímulo ao ingresso no mercado de trabalho, mediante auxílio financeiro de R\$ 100,00 mensais para cada aluno.

Nos anos de 2008 e 2009, cerca de 162.960 jovens foram beneficiados com o Programa. Em 2010, a expectativa era de que pelo menos 217 mil jovens fossem contemplados.

De acordo com Silva (2012, p. 3), as políticas públicas destinadas a jovens nas áreas de empregabilidade possuem, normalmente, dois enfoques: “certificar e formar para o mercado de trabalho”. Porém, as políticas públicas nessa área não devem apenas propor a inserção do jovem no mercado de trabalho, mas promover a superação das desigualdades sociais que integram sua situação de vida. Segundo análise da autora:

[...] o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), integrante de um conjunto de ações públicas que visam inserir no mercado de trabalho jovens oriundos dos segmentos sociais mais fragilizados, não sinaliza para a superação das condições adversas nas quais estes jovens encontram-se. Do contrário, [...] a proposta de qualificação, bem como toda dinâmica que envolve o Projovem está muito mais próxima de reiterar a perpetuação da reprodução do trabalho simples do que a sua ruptura (SILVA, 2012, p. 6).

Assim, mais uma vez, apesar da iniciativa na elaboração de políticas públicas envolvendo essa área, é fundamental considerar a ação conjunta das políticas públicas no desenvolvimento social do jovem de forma ampla. O objetivo não deve contemplar apenas uma área, mas o cenário social como um todo.

g) PROJOVEM: MODALIDADE CAMPO

Os jovens que moram no campo, normalmente, exercem a atividade agrícola desde a infância, auxiliando a família nas plantações e atividades relativas à produção e criação de animais. A escolarização desses indivíduos é ainda um setor carente de investimentos.

De acordo com o censo demográfico realizado pelo IBGE (2010), a população jovem, com idade entre 15 e 24 anos, residente nas zonas rurais do Brasil soma mais de 254 mil habitantes. Nas zonas rurais, a taxa de analfabetismo, em 2011, era de 21,2%, o que representa o dobro da média do país.

Segundo artigo escrito por Ossame (2006, p. 39) “nas cidades do interior, o índice de analfabetismo entre pessoas com idade de 15 a 24 anos, é de 7,7%. Na zona urbana, esse índice é de 1,23%”.

Tendo em vista a necessidade de se criar um programa de assistência educacional e profissional para os jovens agrícolas residentes na zona rural, surge, em 2005, o programa *Projovem Campo*¹⁴.

A modalidade *Campo* do Projovem destina-se aos jovens do campo, com idade entre 18 e 29 anos, e que não concluíram o ensino fundamental. Este programa, criado pelo Governo Federal, oferece escolarização e qualificação para o mercado de trabalho para esses jovens, que não possuem emprego ou qualificação profissional sólida.

De início, essa iniciativa de apoio educacional e profissional era conhecida como Saberes da Terra. Contudo, esse programa se integrou ao Projovem, desenvolvendo a modalidade Campo.

De acordo com Gomes (2012), as principais melhorias oferecidas através deste programa são: elevação de escolaridade; qualificação profissional inicial em produção rural; formação integrada ao mundo do trabalho e da cidadania, com pagamento de um valor de R\$ 100,00 como auxílio financeiro ao jovem do campo.

Mediante dados informados pelo MEC, o currículo deste Programa é composto de: “Integração entre ensino fundamental e qualificação social e profissional”, tendo como eixo articulador “Agricultura Familiar e Sustentabilidade”, em torno do qual se interconectam 5 eixos temáticos: “Agricultura Familiar, Identidade, Cultura, Gênero e Etnia”, “Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo”, “Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas”, “Economia Solidária” e “Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial”.

Além de objetivar a escolarização e profissionalização, este Programa investe na característica do jovem agricultor, valorizando suas origens e realidade.

¹⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?id=12306&option=com_content&view=article>. Acesso em: 17 maio 2013.

h) PROGRAMA ESCOLA DE FÁBRICA

O Programa Escola de Fábrica¹⁵ é regido pela Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, e destina-se aos jovens com idade entre 16 e 24 anos. O órgão responsável pelo Programa é o Ministério da Educação e tem como objetivo principal estimular o ingresso e a continuidade dos jovens de baixa renda nas etapas de escolarização da Educação Básica por meio de cursos profissionalizantes. Um dos objetivos é, também, aliar a continuidade da educação ao ingresso no Mercado de Trabalho. Os alunos do programa recebem um auxílio financeiro no valor de R\$150,00 mensais.

Os cursos terão duração de seiscentas (600) horas e serão compostos por três módulos: um módulo de 120 horas para reforço escolar do ensino básico, que serve como estímulo à frequência; um módulo com 120 horas, onde serão abordados temas transversais para a formação do cidadão, como noções sobre direito do trabalho; o terceiro módulo terá duração de 360 horas e será destinado à formação profissional, das quais 60 horas são de aulas práticas (MEC, 2005).

Segundo o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, no ano de 2006, foram beneficiados pelo programa 16.662 alunos, ultrapassando o número do ano anterior, de 11.418, sendo a meta para o final de 2006 beneficiar 100 mil jovens.

Durante a pesquisa, não foram encontrados dados mais recentes quanto ao número de jovens beneficiados com este Programa.

Para Rummert (2005, p. 312) o Programa é uma forma de subordinação de classes:

[...] tanto o Escola de Fábrica como os discursos que o apresentam e o aprovam estão crivados de naturalizações: a naturalização da subordinação da educação às demandas de mercado e a naturalização do fato de que a fração da juventude pertencente à classe trabalhadora é obrigada a trabalhar no período da vida em que os filhos da classe dominante dispõem de todas as condições para o desenvolvimento de sua *omnilateralidade* (do autor).

¹⁵ Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/programa-escola-de-fabrica-forma-13-mil-jovens>>. Acesso em: 17 maio 2013.

i) PROGRAMA DE APOIO AO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS¹⁶

Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, mais conhecido como Reuni, tem como principal objetivo expandir as oportunidades de ingresso de jovens em Universidades Públicas Federais.

De acordo com o MEC, a proposta é dobrar o número de estudantes nos cursos de graduação das Universidades Públicas até 2018. Para isso, as Universidades, com a orientação do Prouni, enviam ao Ministério da Educação planos de estruturação, como o número da razão aluno/professor, a redução dos custos por cada aluno, a abertura de cursos no turno da noite, entre outras medidas.

Propõe-se o ingresso de mais de 600 mil alunos nas graduações das Universidades Federais Brasileiras.

As críticas existentes a este Programa são baseadas em:

[...] discursos e documentos oficiais do atual governo federal que proclamam a retomada do crescimento do ensino superior público em todo país, em prol da justiça social, sem a necessária contrapartida orçamentária, comprometendo, desse modo, a qualidade das funções que a universidade deve desempenhar, precarizando o trabalho docente e ampliando a heteronomia universitária (LÉDA, 2007, p. 85).

Para tanto, a expansão educacional sem sólido planejamento cria uma desproporção entre a expansão do Ensino Superior e a qualidade da educação ofertada.

Durante a identificação das políticas públicas de juventude do Governo Lula, identificamos também alguns programas federais que, de certa forma, beneficiam a juventude por abranger parte da faixa etária entendida como juventude nessa pesquisa¹⁷.

Cada política pública elaborada¹⁸ propõe um progresso individual e social, porém encarar os problemas sociais como fatores isolados faz perder a dimensão total das precariedades sociais em que parte da população vive.

¹⁶ Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28>. Acesso em: 17 maio 2013.

¹⁷ Entre elas: Programa Saúde na Escola; Projeto Olhar Brasil; Humaniza SUS. (Ministério da Saúde). Programa Segundo Tempo; Programa Bolsa atleta; Descoberta do Talento Esportivo. (Ministério do Esporte). Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (MEC).

¹⁸ Ver quadro descritivo das políticas públicas identificadas em anexo.

Porém, embora sejam muitos os programas que voltam especial atenção ao jovem e que transitam por diferentes esferas do governo, são poucos os que se relacionam entre si. Os desafios são grandes e é exatamente a articulação entre as diferentes iniciativas [...] que se fazem necessárias neste momento da atenção à juventude brasileira: tarefa esta específica de uma política voltada para esse segmento da população (GOMES, 2012, p. 50).

Dessa forma, a aliança entre essas políticas públicas é fundamental para que o jovem seja assistido de forma mais contextualizada, visto que educação, saúde e trabalho estão totalmente interligados.

FIGURA 2. QUADRO DESCRITIVO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS IDENTIFICADAS

PROGRAMA	PÚBLICO ALVO	OBJETIVOS
Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego	Jovens com idades entre 16 e 24 anos, que não trabalham e que pertencem a famílias com renda <i>per capita</i> de até 1 salário mínimo	Oferecer qualificação profissional de jovens que não possuem experiência profissional.
Programa Universidade para todos	Jovens que concluíram o Ensino Médio em escolas públicas, ou em escolas privadas, na condição de bolsistas.	Oportunizar o acesso a Instituições de Nível Superior, principalmente de jovens advindos da rede pública de ensino.
Programa Nossa Primeira Terra	Jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos que desejam adquirir uma propriedade rural	Estimular o jovem da zona rural a investir em negócios do campo, sem a necessidade de procurar melhores condições na cidade.
Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	Jovens que desejam ingressar no Ensino Superior.	Ampliar as oportunidades de ingresso em IES.
Programa Escola de Fábrica	Jovens entre 16 e 24 anos, que pertencem a famílias de baixa renda e que estão matriculados na Educação Básica.	Proporcionar a continuidade da educação atrelada ao ingresso no Mercado de Trabalho, a partir de cursos técnicos.
Programa de Inclusão de Jovens e Adultos (<i>Projovem Urbano</i>)	Jovens entre 18 e 29 anos de idade.	Oferecer elevação escolar a partir da conclusão do Ensino Fundamental de jovens que já sabem ler e escrever.
<i>Projovem Adolescente</i>	Jovens de 15 a 17 anos.	Elevar a escolaridade, a partir de atividades assistenciais relacionadas também ao uso de drogas, violência, gravidez precoce.
<i>Projovem Trabalhador</i>	Jovens entre 18 e 29 anos	Preparar o jovem para o mercado de trabalho, a partir de cursos de qualificação, mediante auxílio financeiro e certificação.
<i>Projovem Campo</i>	Jovens inseridos na faixa etária de 18 a 29 anos.	Elevar a escolaridade, oferecendo a conclusão do Ensino Fundamental, e capacitação profissional na agricultura familiar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etapa de transição da adolescência para a fase adulta é repleta de mudanças peculiares e marcantes, tanto físicas quanto emocionais, na vida de qualquer indivíduo. O ponto médio dessa fase da vida representa uma fase importante: a juventude. A partir de todas as necessidades e aspectos singulares que permeiam essa transição, a presente pesquisa se norteou pelas seguintes problemáticas: Quais as políticas públicas destinadas à juventude brasileira? De que forma ela é assistida pelo Poder Público?

A partir dos estudos realizados, dentro dos critérios propostos, podemos perceber quais foram as políticas públicas criadas em diversos setores, como saúde, educação e trabalho, para atender a juventude no período referido (2003/2010).

Com base no estudo das Políticas Públicas destacadas, pode-se observar as principais ações propostas pelo Governo Federal com o intuito de oferecer um avanço social à juventude. Os programas identificados oferecem oportunidades de elevação da escolaridade, através do ingresso em Universidades Públicas e Privadas, e também na Educação Básica, para a alfabetização e/ou conclusão de etapas de escolarização. Também foram desenvolvidos programas que oportunizam a qualificação profissional, através de cursos técnicos e profissionalizantes, que incentivam a capacitação para o futuro ingresso no mercado de trabalho.

Durante a pesquisa, não foram identificadas políticas públicas específicas da área da saúde para o segmento juvenil. O registro que possui de políticas nessa área não atendem especificamente ao jovem, mas ao adolescente e ao adulto¹⁹.

Outro aspecto fundamental na construção da pesquisa foi a especificidade na criação das políticas. Compreender as singularidades e necessidades desse setor demanda investimentos públicos específicos e sólidos em setores fundamentais para o desenvolvimento humano. Conceber a juventude como segmento social que demanda políticas públicas específicas é considerar e valorizar todas as singularidades desse grupo de cidadãos brasileiros.

A partir deste estudo, ainda foi possível perceber a importância da execução de políticas em conjunto com outras políticas públicas para o fortalecimento do combate à vulnerabilidade social presente no setor juvenil. A contribuição da pesquisa consiste na

¹⁹ Programa Saúde na Escola. Informações do programa disponíveis no Portal da Saúde, no *site* do Governo Federal. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=38070>. Acesso em: 25 jun. 2013.

criação de um mapeamento histórico dessas políticas que permita a visualização do conjunto das políticas públicas para juventude em um determinado período para que, a partir daí, outras análises possam dar conta das articulações possíveis entre elas. Assim, por tratar-se de um estudo introdutório, de caráter bibliográfico, não tínhamos como objetivo empenharmo-nos em análises mais aprofundadas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Universidade Federal do Ceará: 2007. Disponível em: <<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2013.

BANCO MUNDIAL. **Jovens em situação de risco no Brasil**. Brasília: Banco Mundial, 2007. 34 f.

BOSSE, Fabiana Garlet. **Adolescência marcada por situações de vulnerabilidade e exclusão social**. 2012. 35 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei n. 8069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. **Empresários contratam jovens inscritos no PNPE de Presidente Prudente e região**. 2006a.

_____. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006b.

_____. Presidência da República. **Lei Complementar n. 131**, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

_____. Ministério da Saúde. **Portal da Saúde**. Brasília: Senado Federal, 2013a. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/342/acoes-e-programas.html>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Secretaria de Reordenamento Agrário**. Brasília: Senado Federal, 2013b.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Políticas públicas de juventude**. Brasília: Senado Federal, 2013c.

CALDAS, Ricardo Wahrendoff (Coord.). **Serviço de apoio às micro e pequenas empresas – Políticas Públicas: Conceitos e Práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 f.

CATANI, Afrânio Medes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Souza Porto. PROUNI: democratização do acesso às instituições de ensino superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.

COSTA, Jean Carlo. Política educacional, juventude e risco: uma intervenção teórico-metodológica no Projovem de João Pessoa. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO, 11., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009a. 10 f.

COSTA, Ozanira Ferreira da. **Políticas Públicas de Juventude**: uma construção possível? 2009. 204 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Instituto de Humanidades, Universidade de Brasília, Brasília, 2009b.

CUNHA, P. R. C. O Programa Primeiro Emprego e a cidadania do jovem no Brasil. In: ESPINOSA, Betty; ESTEVES, Ana; PRONKO, Marcela (Orgs.). **Mundos del trabajo y políticas públicas en América Latina**. Quito: FLACSO Ecuador & Ministério de Cultura, 2008. p. 111-124.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. **Rede Sol**. 2013. Disponível em: <<http://www.ifhc.org.br/ruth-cardoso/obra/rede-sol/>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

GIMENEZ, Denis Maracci. Políticas de inserção dos jovens no mercado de trabalho: uma reflexão sobre as políticas públicas e a experiência brasileira recente. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: 2011.

GOMES, Lucilene Felipe. **Políticas públicas para a juventude**: a participação do jovem na sua construção. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

G1. O portal de notícias da Globo. **CRESCER o índice de jovens de 15 a 24 anos desocupados, diz Ipea**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2012/10/cresce-o-indice-de-jovens-de-15-24-anos-desocupados-diz-ipea.html>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=0&cod2=&cod3=&frm=piramide>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

LÉDA, Denise Bessa. Universidade nova/plano de reestruturação e expansão das universidades federais: mais uma dose da reforma Universitária? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007. **Anais...** 2007.

MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio - Projeto Escola Jovem**: Síntese. Brasília: MEC, 2000.

MELLO, Paula Branco; SILVA, Francisco Martins da. Prouni: quatro anos de história. **Revista Prouni [on-line]**, Ministério da Educação, n. 1, 2008.

MESQUISA, Marcos Roberto. **O desemprego dos jovens e as políticas públicas no Brasil pós 1990**. 2006. 262 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

OSSAME, Ana Celia. Índice de analfabetismo entre jovens é maior nas zonas rurais. **Jornal A Crítica**, Manaus, 23 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/noticia-clipping/indice-de-analfabetismo-entre-jovens-e-maior-nas-zonas-rurais>>. Acesso: 19 jun. 2013.

PANDUIN, Isabel Graciele; VIRGOLIN, Isadora Wayhs Cadore. A vulnerabilidade social como uma dificuldade à participação política. In: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 15., 2010, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: Unicruz, 2010.

PROJOVEM URBANO EM REVISTA. **PROJOVEM é referência de política pública para a juventude**. Disponível em: <<http://www.projovemurbano.gov.br/pjrevista/balanco.html>>. Acesso em: 25 maio 2013.

RIBEIRO, Fabiana; ALMEIDA, Cassia; BATISTA, Henrique Gomes. Os ‘nem nem’: uma legião de jovens que não estuda ou trabalha. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 out. 2012. Economia. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/os-nem-nem-uma-legiao-de-jovens-que-nao-estuda-ou-trabalha-6474250>>. Acesso em: 25 maio 2013.

RUMMERT, Sonia Maria. Projeto escola de fábrica – atendendo a “pobres e desvalidos da sorte” do século XXI. Perspectiva. **Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, n. 23, v. 2, p. 303-322, jul./dez.

SANTIAGO, Ilana Eleá. **O Movimento pela Democratização da Comunicação por jovens universitários: o caso da ENECOS e sua Regional no Rio de Janeiro**. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – PUC, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Lirian Augusta da Conceição. **Reflexões sobre o Projovem Adolescente: interfaces com a Educação Física Escolar**. 2012. 27 f. Artigo (Especialização em Educação Física Escolar) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012a.

SILVA, Mariléia Maria da. Os percursos profissionais dos jovens inscritos no projovem trabalhador em Santa Catarina: a precariedade circular. In: SEMINÁRIO ANPED SUL, 9., 2012, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: Universidade Caixias do Sul, 2012b.

SPOSITO, M.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16-39, set.-dez. 2003.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Bahia: Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia, 2002. 11 f.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004. 304 f.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: a cor dos homicídios no Brasil. Brasília: Instituto Sangari, 2012.

_____. **Mapa da violência 2013**: mortes *matadas* por armas de fogo. CEBELA: 2013